

Termo de Referência 107/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
107/2023	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	JAIME DONIZETE BONAMICHI	21/11/2023 16:30 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Aquisições/Contratações Internacionais	90137/2022	23343.003763.2023-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de validade técnica para as licenças do software aSc Time Table, a ser fornecido por representante credenciado da ASC TIME TABLES BRASIL, com validade de 12 (doze) meses, e com direitos de suas atualizações, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea e acesso à versão aSc Online.

Id	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quant. anual	Valor unitário	Valor total
01	Validade técnica para as licenças do software aSc Time Table	27740	Unidade	08	556,33	4.450,66
Valor global					4.450,66	

nota: o serviço objeto desta contratação não consta do catálogo de soluções de TIC com condições padronizadas

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois seus requisitos podem ser objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da garantia é de 12 (doze) meses contados da emissão da nota de empenho.

1.4. O contrato terá vigência de 12 meses renovável nos termos da lei.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Renovação, por 12 (doze) meses e nos termos da Lei 9.609/1998, do serviço de validade técnica com direitos de atualização das licenças dos softwares, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea e com a função de acesso à versão aSc Online (interface web do aSc Time Table).

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A citada validade técnica, objeto desta contratação, inclui a funcionalidade de acesso online ao software com as seguintes características que permitem maior flexibilidade de geração e gestão de horários por parte dos docentes:

3.2. Compartilhamento de horários, realização de backups online, elaboração de planos diários de professores, publicação de informações de substituição;

3.3. Acessível a partir de qualquer navegador de internet;

3.4. Não requer instalação;

3.5. Protegido por senha;

3.6. Permite configurar o que os professores, alunos e pais podem ver nos horários/dados de substituição;

3.7. Pode-se salvar/abrir/fazer backup de horários;

3.8. Horários criados podem ser enviados para professores e alunos;

3.9. Permite gerenciar as substituições diárias na instituição.

3.10. O software tem sido usado na criação e manutenção dos horários de aula dos campi, permitindo estabelecer critérios e regras para a construção do horário, bem como verificar de forma simples, rápida e eficiente os possíveis choques de aulas, horários e professores. Além disso, o uso do sistema na modalidade online permite que o responsável pelo acompanhamento, criação e manutenção dos horários faça ajustes, ou mesmo alterações mais complexas do local onde está trabalhando. Ainda mais, neste período da adoção do teletrabalho onde o servidor pode atuar via home office.

3.11. Os resultados esperados são a manutenção da facilidade em construir os horários, através do acesso remoto (online), e compartilhar esta tarefa com os responsáveis pela elaboração do horário. A licença atual permite a instalação do software apenas em um equipamento, contudo, há vários coordenadores de cursos que fazem parte do processo de construção e acompanhamento do horário escolar, bem como coordenação de ensino e direção de desenvolvimento educacional.

3.12. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

3.3.1. ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000004/2023;

3.3.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

3.3.3. Id do item no PCA: 145;

3.3.4. Classe/Grupo: 166 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC;

3.3.5. Identificador da Futura Contratação: 158137-90137/2022.

3.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020-2023, nos termos do Decreto No 11.260 de 22 de novembro de 2022, e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021 - 2023, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DE TIC 2021 - 2022, ESTENDIDO ATÉ 2023	
ID	Objetivos Estratégicos
01	objetivo OE.01 - Expandir, padronizar e inovar a oferta de serviços e infraestrutura.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021 - 2022, ESTENDIDO ATÉ 2023	
ID	Ação do PDTIC
P478	Renovação de licenças do software aSc Time Table

Dos resultados e benefícios a serem alcançados

3.5. Os resultados esperados são a manutenção da facilidade em construir os horários, através do acesso remoto (online), e compartilhar esta tarefa com os responsáveis pela elaboração do horário. A licença atual nos permite a instalação do software apenas em um equipamento, contudo, há vários coordenadores de cursos que fazem parte do processo de construção e acompanhamento do horário escolar, bem como coordenação de ensino e direção de desenvolvimento educacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Devem ser atendidos, no que couber ao objeto desta contratação, o do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.2. A contratada, seus funcionários ou prestadores de serviço, deverão, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.3. Não se aplica ao objeto desta contratação;

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.4. Não se aplica ao objeto desta contratação;

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica ao objeto desta contratação;

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto

4.7. Não se aplica ao objeto desta contratação;

Garantia da Contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor global.

4.9. O objeto desta contratação não requer transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas pela contratada.

Requisitos de Negócio

4.10. A necessidade de negócio consiste em renovar a validade técnica a pedido de docentes para disponibilizar a funcionalidade de acesso online ao software que permite maior flexibilidade de geração e gestão de horários por parte dos docentes.

Requisitos de Capacitação

4.11. Não há necessidade de capacitação.

Requisitos Legais

4.12. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.13. Quanto ao objeto desta contratação, aplicam-se todas as normas e regulamentações pertinentes referente à garantia de softwares.

Requisitos de Manutenção

4.14. Garantia de 12 meses.

Requisitos Temporais

4.15. A contratada deverá disponibilizar a garantia do software, com disponibilização de acesso web das licenças do software ASC TIME TABLE em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da respectiva nota de empenho.

4.16. Os prazos constantes deste Termo de Referência podem ser prorrogados, excepcionalmente, a critério da CONTRATANTE, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.18. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.19. Não se aplica.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.20. A contratada, seus funcionários ou prestadores de serviço, deverão, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.21. Não se aplica.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.22. Não se aplica.

Requisitos de Implantação

4.23. Não se aplica.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.24. A contratada deverá prestar garantia por 12 meses para as licenças do software ASC TIME TABLE e com disponibilidade de acesso web;

4.25. A contratada deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de representante técnico;

4.26. A contratada deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade com as licenças do software e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.27. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico enquanto vigente a garantia, em dias úteis e em horário comercial.

Requisitos de Experiência Profissional

4.28. Não se aplica;

Requisitos de Formação da Equipe

4.29. Não se aplica;

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.30. A execução do objeto está condicionada ao recebimento pelo Contratado da nota de empenho.

4.31. Prestar o serviço de suporte técnico em dias úteis e em horário comercial, bem como atualização do software enquanto vigente a garantia;

4.32. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de representante técnico;

4.33. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nas licenças do software e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.34. Não se aplica.

Do parcelamento da solução de TIC

4.35. Não se aplica por se tratar de item único e indivisível.

Da política de segurança da informação

4.36. Não se aplica.

Da propriedade intelectual

4.37. A contratada deverá observar os requisitos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Da transferência de conhecimento

4.38. Não se aplica.

DOS REQUISITOS TÉCNICOS

4.39. O IFSULDEMINAS, através da Reitoria, adquiriu em 2019, para atendimento de cada Campus, 08 (oito) licenças vitalícias do software de geração de horários escolares aSc Time Table e, portanto, a contratação da validade técnica está atrelada a estas licenças. O serviço será contratado junto aos representantes credenciado da ASC TIME TABLES BRASIL.

4.40. O serviço objeto de contratação deve renovar, por 12 (doze) meses e nos termos da Lei 9.609 /1998, a validade técnica das licenças de software adquiridas em 2019 e com direitos de suas atualizações, com prestação de serviço de suporte técnico por email e/ou mensagem instantânea.

4.41. O serviço deve incluir o acesso à versão aSc Online (interface web do aSc Time Table) onde se pode criar web site de cada unidade/ endereço/campus com diversas funcionalidades agregadas que podem ser acessadas por professores, pais e alunos.

4.49. Da qualificação da contratada

4.50. A licitante, para efeitos de habilitação técnica, deverá apresentar comprovação de que é representante da ASC TIME TABLES BRASIL, através de declaração desta em nome da licitante.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.2. Acompanhar a entrega do objeto e fiscalizar a boa prestação no fornecimento;

5.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com a obrigação de fornecimento do objeto dentro das normas do contrato;

5.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA;

5.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

5.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

5.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.1.8. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, contanto que isso ocorra dentro de 20 (vinte) dias, contados da referida assinatura;

5.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no processo de contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;

5.1.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

5.1.12. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste documento;

5.1.13. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com os termos contratuais;

5.1.14. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.15. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

5.1.16. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

5.1.17. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. Entregar o objeto contratado obedecendo as especificações e as quantidades previstas neste documento;

5.2.3. Prestar serviço de garantia e suporte técnico;

5.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

5.2.5. Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

5.2.6. Manter, durante toda vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.7. Realizar, sob suas expensas, a entrega do objeto do Contrato, mediante solicitação do IFSULDEMINAS, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da nota de empenho;

5.2.8. Responder, em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

5.2.9. Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.2.10. Responder por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

5.2.11. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;

5.2.12. Acompanhar e orientar, no que couber, a instalação do software;

5.2.13. Fornecer sem ônus adicionais para a CONTRATANTE todas as correções de erros que possam existir no código do software;

5.2.14. Garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso como condição para a prestação dos serviços;

5.2.15. Garantir que a licença do software não acarretará ônus adicionais para a Instituição em relação a atualizações necessárias ao seu pleno funcionamento e correções de erros, enquanto vigente a garantia;

5.2.16. Prestar o serviço suporte técnico em horário comercial no regime de 08 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, durante todo o período de vigência da garantia;

5.2.17. Fornecer e-mail, para abertura e registro de chamados de suporte técnico;

5.2.18. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.2.19. Disponibilizar, sem custo adicional, as atualizações da solução enquanto a garantia vigente;

5.2.20. Garantir tempo estimado para prestação de serviço de manutenção e suporte técnico no máximo de 48 horas após a solicitação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

As rotinas de execução para disponibilização da solução inclui:

6.2. Emissão de processo para contratação através de licitação;

6.3. Emissão da Nota de Empenho;

6.4. Assinatura e publicação do contrato;

6.5. Encaminhamento da nota de empenho e notificações de entregas,

6.6. Entrega do objeto;

6.7. Verificação da disponibilidade da garantia através de teste de acesso web;

6.8. Emissão do termo de aceitação;

6.0. Emissão de nota fiscal;

6.10. Atesto e emissão de processo para liquidação e pagamento da nota fiscal;

6.11. Observação e acompanhamento dos requisitos de garantia, manutenção e suporte.

Do fornecimento

6.12. O objeto deverá ser entregue no seguinte endereço: Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre, Minas Gerais.

6.13. Para efeitos da prestação do serviço deverão ser observados os requisitos das cláusulas de 4.39 à 4.50 deste termo de referência.

6.14. Prestar o serviço de garantia e de suporte técnico em dias úteis e horário comercial;

Da transição contratual

6.15. Não se aplica.

Da quantidade mínima dos serviços

6.16. A quantidade dos serviços a serem prestados é de acordo com o item 1.1 deste termo de referência.;

Dos mecanismos formais de comunicação

6.17. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

6.17.1. Nota de empenho;

6.17.2. Notificação para entrega;

6.17.3. Ofício;

6.17.4. Sistema de abertura de chamados;

6.17.5. E-mails.

Da forma de pagamento

6.18. É pré-condição para a emissão da nota fiscal/fatura a efetiva prestação do objeto, com observação de todos os requisitos deste termo de referência;

6.19. Uma vez recebida a Fatura, far-se-á a verificação da qualidade e dos requisitos do objeto contratado referente àquela Fatura e, se de acordo com este termo de referência, fará a atestação e encaminhará para liquidação e pagamento;

6.20. Caso contrário, a contratada tomará as devidas providências, baseadas neste termo de referência, fará a apuração das sanções aplicáveis e abrirá prazo para manifestação da CONTRATADA, ficando a liquidação e pagamento sobrestados.

Dos materiais a serem disponibilizados

6.21. Não se aplica;

Da Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.22. Não se aplica.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Requisitos gerais

7.1. O objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com os requisitos deste termo de referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pela contratada, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Critérios de medição e pagamento

7.5. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA - IAE	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega do objeto.
Meta a cumprir	Sem atraso
Instrumento de medição	Contagem de tempo entre a data de envio da nota de empenho e a entrega efetiva do objeto.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do tempo entre o envio da nota de empenho e a entrega efetiva do objeto.
Periodicidade	Uma única vez.
Mecanismo de cálculo	$IAE = (TEF - TEC)/TEC, \text{ onde:}$ <p>IAE: índice de atraso;</p> <p>TEF: tempo efetivo decorrido entre o envio da nota de empenho e a entrega efetiva do objeto</p> <p>TEC: tempo contratado que é de até 5 dias úteis.</p>

Início da vigência	A partir da data de envio da nota de empenho.
Faixa de ajuste	Para valores do indicador IAE: Até 0,2 – Pagamento integral (corresponde a 1 dia de atraso); Maior que 0,2 – Glosa de 10% sobre o valor da nota de empenho.

7.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, de acordo com os critérios da tabela acima, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.10. O prazo da disposição acima será contado a partir da entrega do objeto.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, a contratante irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade, bem como em consonância com o indicador previsto no item 7.5, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à contratante não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A contratante não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, , após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do objeto fornecido, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela contratante.

7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.20. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, os requisitos determinados nos itens de 4.39 ao 4.50.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.21. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar suporte técnico em dias úteis e em horário comercial.	Multa de 5 % sobre o valor total da nota de empenho após dois ou mais dias de atraso em prestar o serviço de suporte
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 % do valor da nota de empenho.

7.22. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

7.22.1. Não atingir a performance mínima aceitável fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas;

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, salvo quando se aplicar modelo de fatura / nota fiscal regulamentada por serviço:

7.34.1. o prazo de validade;

7.34.2. a data da emissão;

7.34.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.34.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.34.5. o valor a pagar; e

7.34.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC -Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. DO REAJUSTE

8.1. Aplicar-se-á para efeitos de renovação do contrato o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), apurado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A seleção se dará por meio de processo licitatório, na modalidade pregão e o julgamento pelo critério do menor preço.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Aplicam-se, no que couber, os critérios de aplicação da margem de preferência.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.12. A licitante, para efeitos de habilitação técnica, deverá apresentar comprovação de que é representante da ASC TIME TEBLES BRASIL, através de declaração desta em nome da licitante.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado desta contratação e de acordo com pesquisa de preços de mercado é conforme dados da tabela a seguir:

Id	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quant. anual	Valor unitário	Valor total
01	Validade técnica para as licenças do software aSc Time Table	27740	Unidade	08	556,33	4.450,66

Valor global anual	4.450,66
--------------------	----------

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 26412 / 158137;

11.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;

11.2.3. Programa de Trabalho: 12363501220RL0031;

11.2.4. Elemento de Despesa: 40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

11.2.5. Plano Interno: L20RLP01PSN;

11.3. Não é requerida dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes por se tratar de empenho ordinário.

Cronograma físico financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor total
Entrega do objeto e emissão do termo de aceitação definitivo	Em até 10 dias	R\$ 4.450,66

Declaração de serviços comuns

11.4. O serviço de garantia das licenças do software ASC TIME TABLE, objeto da contratação, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviço comum.

Da proposta

11.5. A licitante deverá apresentar proposta de preços de acordo com o modelo do Anexo I;

11.6. Apresentar comprovação de que é representante da ASC TIME TABLES BRASIL, através de declaração desta em nome da licitante;

11.7. A contratada deverá apresentar declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratada que está disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes-normativas> no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI, conforme modelo do Anexo II.

Dos anexos

11.8. Anexo I - Modelo de proposta

11.9. Anexo II - Declaração de ciência da política de segurança da informação do IFSULDEMINAS

Pouso Alegre, 07 de novembro de 2023.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VERA CAROLINA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/11/2023 às 11:59:27.

EVERTON DE GUSMAO ROCHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 15:28:27.

RAMON GUSTAVO TEODORO MARQUES DA SILVA

Diretor de TI



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 10:27:47.

HONORIO JOSE DE MORAIS NETO

Pró Reitor de Administração



Assinou eletronicamente em 21/11/2023 às 15:54:50.

CLEBER AVILA BARBOSA

Reitor



Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 17:13:59.

JAIME DONIZETE BONAMICHI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/11/2023 às 11:27:55.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo_I_Modelo_de_Proposta_do_Termo_de_Referência.pdf (645.63 KB)
- Anexo II - Anexo II do TR Declaração de ciência da política de segurança da informação.pdf (411.32 KB)